

À Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
A/C da Superintendência de Tributação e Arrecadação

DADOS DO REQUERENTE:

Nome: _____

CPF: _____

Telefone(s): _____

E-mail: _____

O contribuinte acima qualificado vem requerer **isenção de IPTU** de acordo com a:

() Lei Municipal Nº 450/2001 – Código Tributário Municipal

() Lei Municipal Nº 849/2011 – Portadores de Câncer ou do Vírus HIV

() Lei Municipal Nº 863/2012 – Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro

() Artigo 156 da Constituição Federal – Templos Religiosos

() Outra. Especificar a Lei: _____

Nº da Inscrição Municipal objeto do pedido de isenção: _____

Informações adicionais (*se houver*)

Declaro estar ciente que enquanto o pedido de isenção não for deferido, devo acompanhar o processo administrativo e esclarecer eventuais questionamentos.

Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as INFORMAÇÕES E OS DOCUMENTOS APRESENTADOS. A prestação de informações omissas, inconsistentes ou inverídicas estará sujeita à responsabilização administrativa, civil e penal, conforme aplicável.

Trajano de Moraes, ____ de _____ de _____

Assinatura do Requerente

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

I - Solicitação de isenção junto a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

II - Documento de identificação do requerente (Identidade (RG) e CPF ou CNH).

III - Cópia do IPTU objeto do pedido de isenção.

IV - Para os casos previstos na Lei Municipal Nº 863/2012:

- Atestado médico atualizado fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo diagnóstico expressivo da doença com carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM).
- Documento hábil a fim de se comprovar o vínculo de dependência (cópia da certidão de nascimento / casamento / declaração de união estável) quando o dependente do proprietário for o portador da doença

V - Para os casos previstos no Artigo 156 da Constituição Federal, referente a templos religiosos:

- Cópia do CNPJ da igreja;
- Estatuto social da igreja registrado em cartório e/ou ata de fundação da igreja;
- Comprovante de propriedade;
- Declaração de que o imóvel é utilizado para fins religiosos.